

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 1ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Fundação Hilton Rocha pelos 41 anos de sua criação

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/3/2020

Presidência do Deputado Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras da Sra. Ariadna Borges Muniz – Palavras do Sr. Ruy Adriano Borges Muniz – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Charles Santos – Gustavo Santana.

Abertura

O presidente (deputado Charles Santos) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Atas

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura das atas das duas reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas, e as subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Fundação Hilton Rocha pelos 41 anos de sua criação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Ruy Adriano Borges Muniz, presidente da Sociedade Educativa do Brasil Ltda., mantenedora da Fundação Hilton Rocha, e ex-deputado estadual; as Exmas. Sras. Ariadna Muniz, diretora da Fundação Hilton Rocha; e Raquel Muniz, ex-deputada federal; e os Exmos. Srs. Vanderlei Miranda, ex-deputado estadual; e Christiano Barsante, presidente de honra da Fundação Hilton Rocha.

Antes de dar início à homenagem, gostaríamos de convidar todos a conhecer o movimento Sou Minas Demais.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça.

O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos a assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. Edvaldo Piccinini Teixeira, o Coronel Piccinini, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Bruno Ribeiro Paulino, assessor parlamentar; Homero Almeida, diretor do Instituto de Olhos de Belo Horizonte; Dante Pires Cafaggi, diretor-geral das Faculdades Promove; José Oswaldo Carvalho, professor da Fundação Hilton Rocha; Ricardo Viera Santiago, presidente do Minas Tênis Clube; e Marcilio Saliba, diretor do Suplimed; e das Exmas. Sras. Ana Paula Damasceno Torres, diretora da TV Promove; e Cintia Soares D'Assumpção, assessora parlamentar. Registramos também a presença de demais diretores, alunos e professores das Faculdades Promove e Kennedy.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo quarteto de cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo institucional comemorativo em homenagem aos 41 anos da Fundação Hilton Rocha.

– Procede-se à execução do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Charles Santos, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Boa noite a todas e a todos. É um prazer, uma honra, uma satisfação estar aqui, presidindo esta reunião e também como autor do requerimento que deu origem a esta bela e merecida homenagem.

Eu quero de antemão cumprimentar o presidente da Sociedade Educativa do Brasil, mantenedora da Fundação Hilton Rocha, o professor e amigo, por assim dizer, Ruy Adriano Borges Muniz. Quero cumprimentar também a diretora da Fundação Hilton Rocha, Dra. Ariadna Muniz, assim como a ex-deputada federal e esposa do presidente da Sociedade Educativa do Brasil, Sra. Raquel Muniz. Cumprimento o amigo e ex-deputado estadual desta Casa, Sr. Vanderlei Miranda. Muito nos honra recebê-lo aqui, nesta noite. Quero fazer um cumprimento especial, senhoras e senhores, ao Dr. Christiano Barsante, presidente de honra da Fundação Hilton Rocha, que também nos dá a honra de compor o dispositivo, de compor a Mesa nesta noite.

Quero fazer um registro, já bem pontuado, da presença do deputado Gustavo Santana, na pessoa de quem quero cumprimentar todas as autoridades presentes, todas as senhoras e senhores que estão aqui. Quero também fazer um cumprimento especial a todos os funcionários, colaboradores, profissionais de saúde, enfim, a todos que dedicam sua vida, dia após dia, na Fundação Hilton Rocha, na pessoa de uma pessoa que conheci hoje, lá na fundação, que é o Rosman Carlos, que está aqui. Gostaria de parabenizar, na pessoa dele, todos vocês.

Gostaria de fazer um cumprimento especial, de mérito, de honra, em nome da minha esposa, Rosimari, a todas as mulheres presentes. Com certeza, a presença das senhoras abrilhanta também esta noite toda especial.

Sinto-me honrado em prestar esta justa homenagem à Fundação Hilton Rocha, que tem seu *slogan*: “Excelência oftalmológica ao alcance de todos”. É neste contexto que esta homenagem nasce: do profundo reconhecimento que a fundação tem de todos nós; de sua importância na especialidade médica para o nosso país, em especial para Minas Gerais, sendo referência mundial em oftalmologia; e de seu valor inestimável para aqueles que dela se beneficiam.

Quero aqui enfatizar a enorme relevância obtida pela instituição no transcurso de consolidação de sua história, dividida em duas grandes fases. A primeira inicia-se com sua fundação, em 5/3/1979, por seu idealizador Hilton Ribeiro da Rocha, natural de Cambuquira, Minas Gerais, renomado oftalmologista, reconhecido pelo uso de técnicas aprimoradas e pelo seu tratamento humanístico aos pacientes. Foi professor catedrático da Escola de Medicina da UFMG, membro da Academia Nacional de Medicina e da Academia Mineira de Letras.

Como exímio escritor, teve centenas de trabalhos publicados, inclusive internacionalmente. Por reiteradas vezes, foi convocado a representar o Brasil nos principais congressos no exterior. Comprometido com a medicina, incessantemente buscou a excelência na assistência médica oftalmológica, oferecendo serviços superespecializados. Como homem à frente de seu tempo, implementou atividades de ensino e pesquisa, atestando a importância da investigação científica, da disseminação do ensino, primando pela competência profissional.

Engajado em sua ação social, preocupado com os menos favorecidos, proporcionou atendimentos gratuitos àqueles com redução ou ausência total da visão. Uma de suas notáveis frases, que merece ser mencionada repetidas vezes, retrata bem essa condição social. Abro aspas: “Para enxergar é preciso ter olhos, mas para ver é preciso ter algo”. A fundação foi um sonho realizado por ele, que doou, de forma absoluta, o seu conhecimento, a sua experiência, o seu vigor, sem poupar forças para que a medicina chegasse ao seu desígnio.

O Dr. Hilton Rocha faleceu em maio de 1993, aos 81 anos, deixando um precioso legado de altruísmo e perseverança, perpetuando sua missão como médico e como mestre, um exemplo de vida. Com a ausência do Prof. Hilton Rocha, a fundação passa por uma conjuntura antagônica, que a impossibilita de manter a assistência à população - período de enfrentamento a uma realidade cada vez mais caótica.

Em 2005, uma segunda fase surge, dando início a um novo marco na história da fundação, embalada em um mesmo sentimento que traria à tona a sua identidade, quando foi incorporada pela Associação Educativa do Brasil – Soebras -, um momento inaugural por parte do seu presidente Ruy Muniz. Ruy Adriano Borges Muniz, casado com a médica e ex-deputada federal Raquel Muniz, é pai de Gabriel, Tiago, Matheus e David e avô de Júlia e Giovana. Médico, ex-deputado estadual, ex-prefeito de Montes Claros, o professor, como gosta de ser chamado, sempre pautou sua vida pela educação, e foi justamente o gosto pela educação que lhe fez despertar o interesse pela instituição.

Sabedor do momento de crise que estava atravessando, inclusive com a possibilidade de encerramento de suas atividades como educador, foi acometido de grande inquietude, pois acreditava no potencial e na conceituada trajetória da fundação, uma visão arrojada capaz de planejar e de se adaptar às mudanças e de fazer escolhas que exigiriam um grandioso esforço. Assim apostou em

uma aliança entre educação e saúde, firmando o compromisso de revitalizar a entidade, dando garantia aos médicos, funcionários e credores, por meio de um termo de ajustamento de conduta entre a associação, a fundação e o Ministério Público Estadual.

A Soebras, mantenedora de inúmeras instituições de ensino, está presente em 22 estados brasileiros, com mais de 150 mil alunos, formando um grande complexo educacional com a finalidade de promover a educação em seu mais elevado nível de competência ao alcance de todos. Dentre várias, podemos citar a rede de colégios e faculdades Promove, em BH; as faculdades Kennedy, de engenharia, em BH; o jornal *Hoje em Dia*; a Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro; o Centro Universitário UniSant'Anna, em São Paulo; o Hospital Santa Mônica, no Espírito Santo.

Diante desse feito, grandes e novos desafios se instauraram, a começar por uma reforma administrativa e estrutural na retomada dos atendimentos e no fortalecimento de sua causa. Para assumir a diretoria desse hercúleo propósito, Ruy Muniz convidou sua irmã, Dra. Ariadna Muniz, médica oftalmologista, que foi aluna do memorável Dr. Hilton Rocha, que agregou à fundação novos e valorosos projetos. À frente da diretoria, a Dra. Ariadna, juntamente à Soebras, reformou, ampliou e adquiriu equipamentos de ponta na área oftalmológica, proporcionando consultas, exames e cirurgias.

A fundação se tornou uma entidade filantrópica federal, atualmente atendendo a mais de 750 pacientes por dia, realizando mais de 600 cirurgias mensais, sendo a maior parte pelo Sistema Único de Saúde, o SUS. Seu corpo clínico é composto por mais de 120 médicos, dentre residentes, especialistas, coordenadores e preceptores altamente capacitados, com mais de 100 funcionários para atendimento e manutenção - uma equipe qualificada e preparada para um atendimento mais humanitário, conferindo-lhe uma importância fundamental para o nosso estado e contribuindo tanto para minimizar a fila de cirurgias oftalmológicas quanto para a formação de profissionais especializados para atuarem na área. É referência em especialidades como plástica ocular, estrabismo, retina, glaucoma, córnea, visão subnormal e neurooftalmologia. Oferece cursos de pós-graduação, estágio e *fellowship*. Tem parcerias com os governos municipal, estadual e federal, convênios com diversas prefeituras de Minas, possibilitando atendimento a pacientes do interior do Estado. Fundada nos pilares da sociedade e da filantropia, a iniciativa devolveu aos mineiros um patrimônio incontestável, através de uma percepção ímpar na reconstrução e na preservação da memória, legitimando e dando continuidade à nossa história.

Em razão da grandiosidade de seu propósito, o Parlamento Mineiro, pela importância fundamental dessa instituição, ressaltando a sua função na criação de uma sociedade com acesso à saúde, oportunizando o alcance a uma vida mais plena, consideramo-nos privilegiados, bem-aventurados. Portanto, ênfase que devemos enaltecer o que temos às mãos.

Parabenizo e agradeço ao Prof. Ruy Muniz, à doutora e diretora Ariadna Muniz, a toda a equipe médica, aos funcionários e colaboradores, em memória ao Dr. Hilton Rocha, e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, no passado e no presente, participaram e, mesmo em face a numerosos obstáculos, não desistiram de continuar essa história. Desejo, por décadas, que a força motivadora que os nutre faça-os alcançar montanhas belas e inimagináveis, mais eminentes do que as que estão por trás da fundação, sempre com determinação e confiança em Deus.

Não é preciso um esforço constante para falar as coisas mudas e para fazê-las dizer o que, por si próprias, já dizem. Assim defino a Fundação Hilton Rocha, e, com estas palavras sinceras, quero registrar o meu mais sincero agradecimento pela vida e existência de cada um de vocês que tão bem têm conduzido a população mineira. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Charles Santos, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao presidente da Sociedade Educativa do Brasil Ltda., mantenedora da Fundação Hilton Rocha, Sr. Ruy Adriano Borges Muniz. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “Referência mundial em oftalmologia, a Fundação Hilton Rocha foi criada em Belo Horizonte no dia 5/3/1979. Fruto dos ideais de seus fundadores, a organização sempre buscou a excelência não só na assistência médica, mas também

nas atividades de ensino e pesquisa. Em 2005 foi incorporada à Associação Educativa do Brasil – Soebras –, passando por uma grande reforma estrutural e administrativa. Hoje possui equipamentos de última geração e uma equipe de profissionais altamente qualificados que atende até 500 pacientes por dia, a maioria dos quais pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Ao completar 41 anos, a Fundação Hilton Rocha, entidade filantrópica federal, recebe merecida homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em reconhecimento ao trabalho humanitário realizado e por sua relevância em seu campo de atuação.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Ariadna Borges Muniz

Boa noite a todos e a todas. Na pessoa do deputado Charles, gostaria de cumprimentar toda a Mesa. Muito obrigada por esta homenagem. Boa noite, gente.

Ao completar 41 anos, a Fundação Hilton Rocha continua sendo referência de qualidade e compromisso com a saúde oftalmológica na América Latina. E é com muito orgulho que estamos recebendo esta homenagem feita pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio da indicação do deputado estadual Charles Santos, do Partido Republicano, endossada pelo deputado federal e presidente estadual dos Republicanos, Gilberto Abramo, pelos deputados estaduais Carlos Henrique e Mauro Tramonte e pelo deputado federal Lafayette de Andrada.

Minhas palavras são de agradecimento, primeiro a Deus, o nosso Mestre maior, que nos ilumina para fazermos do exercício da medicina um compromisso de amor, de paciência e sabedoria. Quero agradecer a você, Prof. Ruy Muniz, e destacar o seu protagonismo à frente da Fundação Hilton Rocha. Em novembro de 2005, a Soebras assumiu a gerência dessa instituição, dotando-a de reformas e investimentos. Tanto amor e dedicação do seu fundador, Prof. Hilton Rocha, materializaram-se em uma instituição de excelência idealizada por ele e que hoje nos enche de orgulho.

Nada disso seria possível se também não tivéssemos como parceiro o nosso eterno presidente, Prof. Dr. *Christiano Barsante* – aqui presente –, que sempre esteve ao nosso lado nessa caminhada, e também se não fosse o trabalho do nosso corpo clínico, dos nossos residentes, dos nossos colaboradores, todos comprometidos em proporcionar o que há de melhor em oftalmologia. Quero reafirmar que sem vocês nada disso seria possível.

A nossa fundação está situada numa região privilegiada, na Serra do Curral. Uma iniciativa ousada, inovadora, do ícone da oftalmologia. O Prof. Hilton Rocha é natural de Cambuquira, no Sul de Minas. O professor sempre foi um visionário. Até hoje ele nos surpreende com sua vasta contribuição para a oftalmologia. Especializou-se em 1942, na escola francesa de oftalmologia, com 31 anos, quando se tornou professor catedrático da UFMG e atuou no Hospital São Geraldo. Em 1959, fundou e coordenou o curso de especialização em oftalmologia. Em 1970, ele criou o doutorado em oftalmologia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Entrou para a Academia Mineira de Letras em 7/10/1971, tendo recebido diversos títulos, medalhas e homenagens. Escreveu a obra *Páginas esparsas*, uma coletânea em três volumes, na qual transcreve alguns dos seus discursos e narra a vida dos principais cegos da história. Criou o Conselho Regional de Medicina, do qual foi o primeiro médico cadastrado, tendo o CRM nº 001. Criou, em 1979, o instituto filantrópico, que viria a ter o seu nome, a nossa amada Fundação Hilton Rocha. Ele nos deixou em 23/5/1993, mas o seu legado é enorme, inestimável e inesquecível.

Eu sempre sinto muita emoção ao falar do Prof. Hilton Rocha. Fui aluna da Escola Professor Hilton Rocha e voltei à instituição em 2005 para dar continuidade a essa história. Com muita humildade procuro seguir seus passos e preservar esse amor à oftalmologia, junto com toda essa grande família que aprendi a amar.

Quero agradecer a todos vocês e externar todo o meu respeito e carinho a cada um que contribuiu para que estivéssemos reunidos aqui, nesta homenagem; estamos hoje participando deste momento tão especial dos 41 anos da Fundação Hilton Rocha. O

Prof. Hilton Rocha sempre quis ofertar a melhor visão e fazer com que todos tivessem acesso à mesma qualidade no atendimento médico.

Num dado momento da história, o Prof. Hilton Rocha fez uma cirurgia no então presidente interino, na época, Gen. Golbery do Couto e Silva. Este, por sua vez, voltou para agradecer ao professor o tratamento recebido. Então, o Prof. Hilton Rocha o levou à Serra do Curral – ainda não existia a Praça do Papa, não é isso, Prof. Christiano? - e falou do seu sonho de construir um hospital naquele local. E disse ao Golbery: “Assim como o senhor voltou a enxergar, eu tenho um sonho de construir neste local um hospital para atender tanto os que podem pagar como, especialmente, os menos favorecidos”. Lembrando que o Prof. Hilton Rocha já atendia sem bônus no Hospital das Clínicas, Hospital São Geraldo. Assim, ele conseguiu a licença para construir na Serra do Curral e, com Dr. Cristiano Barsante, Dr. Paulo Gavão – *in memoriam* –, Prof. Emyr Soares – *in memoriam* –, criou o complexo Hospital de Olhos. Na escritura eles doaram o terreno para a construção da Fundação Hilton Rocha.

Hoje, os nossos pacientes conseguem ter a visão mais linda de Belo Horizonte, e somos nós que estamos dando continuidade a esse trabalho. Conseguimos enxergar o que o mestre, Prof. Hilton Rocha, já tinha percebido: para ver, basta ter olhos, mas, para enxergar, é preciso ter alma. Sim. É preciso ter uma visão ampla, acolhedora, humanitária e que vai além de um olhar. Nós, que somos da Escola Professor Hilton Rocha, temos esse amor, esse carinho pelo serviço, pela continuidade dessa obra. Lembrando que somos guardiões da saúde e que a medicina não é só uma profissão, mas, acima de tudo, uma missão de amor ao próximo.

Acompanhei esses 15 anos de evolução da Fundação Hilton Rocha e sou imensamente feliz por perceber os avanços tecnológicos, acadêmicos, científicos que conseguimos durante toda essa trajetória. E a nossa caminhada é sempre no sentido do progresso. A cada dia, a família Hilton Rocha se esforça para dar continuidade ao trabalho do professor, somando a isso a visão idealista e empreendedora do Prof. Ruy Muniz, que acredita que somente a aliança entre a educação e a saúde nos faz transpor essas montanhas de Minas e desbravar novos horizontes. Às vezes, o caminho nos parece muito difícil, mas só de mãos dadas poderemos levar saúde ocular de qualidade para todo o território brasileiro; levar a melhor visão, a melhor saúde, com equipamentos modernos e de última geração e profissionais competentes, especializados.

Estamos abertos às inovações para oferecermos um atendimento cada dia mais qualificado aos nossos pacientes, que fazem parte dessa história. Sinto-me muito honrada em dirigir essa conceituada instituição de referência nacional em oftalmologia. No início, quando assumimos a direção do hospital, atendia-se um paciente por dia; hoje comemoramos a marca de 2 milhões de pessoas atendidas pela Fundação Hilton Rocha. Passados 15 anos sob a gestão da Soebras, atendemos mais de dois milhões de pessoas, uma média de setecentos e cinquenta a oitocentos procedimentos por dia e mais de quarenta cirurgias por dia. Noventa por cento desse atendimento é feito pelo Sistema Único de Saúde – SUS. A fundação conta também com um corpo clínico e técnico formado com mais de cem colaboradores, mais de cem médicos fazendo ciência, produzindo e atendendo à população mais necessitada. E, sob a gestão da Soebras, formamos agora, em dezembro, a 11ª turma de médicos oftalmologistas. São mais de duzentos médicos oftalmologistas presentes em todo o País.

A todos vocês, que fazem parte dessa família, desses milhões, o meu abraço, o meu agradecimento pela confiança. Não podemos e não vamos deixar os ideais do Prof. Hilton Rocha se esvaírem pelas montanhas de Minas. A construção desse sonho do professor foi se delineando ao longo da vida. E eu prefiro acreditar que, onde ele estiver, está orgulhoso ao ver que estamos desenvolvendo o nosso trabalho da melhor forma possível. Ele nos deixou um legado ímpar, que vai continuar a se expressar por meio de nossas ações em favor da saúde e da educação. Ainda vamos continuar trabalhando para fazer mais pela saúde, que é um direito de todos os cidadãos. E é isto que eu quero propor a vocês: deixar a nossa visão ir além, muito além desse horizonte da Serra do Curral.

Quero agradecer a cada um que está aqui. Tenho certeza de que comungamos o mesmo desejo do saudoso Prof. Hilton Rocha, que é ver a fundação sempre promovendo a melhor saúde, fazendo de cada atendimento dezenas, centenas, milhares e milhões e consolidando a oportunidade de uma saúde digna a todos. E isso não é um sonho, é a nossa realidade. Que este dia seja um marco a

mais na direção, na consolidação e no fortalecimento da família Hilton Rocha, referência em saúde ocular. Se Deus quiser, vai continuar com essa grande titulação, que muito nos honra.

Quero agradecer, com grande alegria, a todos os homenageados que fizeram parte desses 41 anos da Fundação Hilton Rocha: Afrânio José Batista, da Latinofarma; Carlito Vidal da Silva; deputado Charles Santos; deputado estadual Carlos Henrique; deputado federal Gilberto Abramo; Dinis Pinheiro; Dr. Anderson Giovani; Dr. André Vasconcelos Diniz; Dr. Christiano Fausto Barsantes; Dr. Elisabeto Ribeiro; Dr. Homero Gusmão; Dr. Jaques Ramon Rolim; Dr. Joel Boteon; Dr. José Oswaldo Torres de Carvalho; Dra. Juliana Barbi; Dr. Marcelo Arantes do Nascimento; Dr. Segundo Hernandez; Dr. Wagner Gomes; Dr. Adriano Andrade Assunção; Dra. Raquel Muniz; Gustavo Faria, da Alcon; Iracema Silva Barreto; João Evangelista Alves de Paula; Júlio Lopes; Kênia Mara Dias; Dra. Laís Maria Costa Silveira; Dr. Leonardo Canabrava Turra; Luciano Rezende; Lúcio Flávio Orsini; Lurdes Nélia Oliveira; Marcilio Saliba; Maria da Conceição Pinto Ferreira; Moacir Eustáquio de Abreu; Ricardo Lara; Ricardo Rocha; Rosman Carlos do Nascimento; Stela Gleide Martins Leite; Dra. Valma Leite da Cunha; deputado Vanderlei Miranda.

Quero agradecer na pessoa de vocês. Muito obrigada e uma boa noite.

Palavras do Sr. Ruy Adriano Borges Muniz

Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar, com muita alegria, o Exmo. deputado autor do requerimento que resultou nesta homenagem à Fundação Hilton Rocha, deputado Charles Santos, juntamente com sua esposa, Rosimari. Muito obrigado pela deferência de homenagear a Fundação Hilton Rocha.

Quero cumprimentar também, com muita alegria, meu amigo, meu colega, deputado Vanderlei Miranda, com quem pude aprender nesta Casa muitas coisas. Obrigado pelo sempre apoio à Fundação Hilton Rocha.

Cumprimento, também, o fundador, o que está vivo dos quatro instituidores principais, Dr. Christiano, que representa aqui, com certeza, o Emyr Soares, representa o professor Hilton Rocha, o Dr. Paulo Galvão – os quatro que foram os fundadores do Instituto de Olhos Hilton Rocha e também da Fundação Hilton Rocha, com o apoio dos maiores expoentes da oftalmologia de Minas Gerais e do Brasil.

Cumprimento a minha irmã. Ela foi da escola do Prof. Hilton Rocha e conduz tão bem a fundação, fazendo com que ela funcione bem, atenda as pessoas de forma humanizada. Muito obrigado, Dra. Ariadna; obrigado mesmo por sua contribuição.

Cumprimento a minha esposa, minha cara metade, a pessoa que me ajuda todos os dias, todas as horas. Há 37 anos venho me casando com a minha esposa Raquel. Muito obrigado por seu apoio integral e grande contribuição nessa obra também.

Queria cumprimentar todos os oftalmologistas aqui presentes, de forma especial o Dr. Homero e o Dr. Elisabeto. São ex-presidentes do Colégio Brasileiro de Oftalmologia, que é a maior entidade de oftalmologia no Brasil, representa todos os oftalmologistas do Brasil. Estão aqui dois ex-presidentes, dois apoiadores do curso de especialização da residência médica do Hilton Rocha. Muito obrigado, Dr. Elisabeto e Dr. Homero.

Quero agradecer, também, a todos os oftalmologistas aqui presentes, na pessoa do Dr. Joel, do Dr. José Oswaldo.

Cumprimento todos os estrangeiros que já se formaram na Hilton Rocha, na pessoa do Dr. Segundo Hernandez, que é peruano. Veio para o Brasil e continua fazendo esse trabalho magnífico na Fundação Hilton Rocha aqui, em Belo Horizonte, e também em Montes Claros, no Centro de Referência em Oftalmologia do Hospital Dr. Mário Ribeiro. Então, muito obrigado, Dr. Segundo. Muito obrigado, claro, Dr. Jaques, Dr. Wagner, todos que dedicam seu tempo, que vão lá ajudar a gente. O oftalmologista não funciona, gente, sem os anestesistas. Está aqui a pessoa que está lá desde quando abriu a primeira sala do Hilton Rocha. Cumprimento o Dr. Marcelo Arantes Nascimento, que representa todos os anestesistas aqui. Muito obrigado, meu amigo. Ele foi diretor clínico da fundação durante muitos anos. Muito obrigado por pegar na nossa mão no início e ajudar. Até hoje é um esteio. É

muito bom contar com o seu apoio. Cumprimento aqui, gente, os empresários, porque o Prof. Hilton Rocha pôde fazer a fundação, construí-la, mas, para isso, ele contou com o apoio de muita gente boa, muita gente que tem grande coração e grande sensibilidade.

Estou tendo a honra de ver aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o Dr. Carlos Carneiro Costa. Quando cheguei lá, meu amigo Charles, na fundação, havia uma placa: “Sala Dr. Carlos Carneiro Costa, com o apoio da Construtora Líder”. Muito obrigado, Dr. Carlos, pelo seu apoio, pela sua sensibilidade.

Fazer uma obra como a Fundação Hilton Rocha não é fácil, gente. A gente precisa do apoio de muita gente. Eu queria agradecer a todos os fornecedores da fundação. Estão aqui dois muito importantes: o Marcílio e o Ricardo. Os equipamentos maravilhosos que vocês têm lá, gente, quase todos vieram pelas mãos dele, contando com a paciência dele, com a colaboração dele. Vende a perder de vista, para receber devagarzinho, mas recebe. Muito obrigado por sua contribuição nessa obra magnífica da Fundação Hilton Rocha.

Agradeço a todos os funcionários, a todos os colaboradores aqui presentes. Queremos agradecer a cada um de vocês na pessoa do Rosman, da Rosângela, da Kênia, da Nélia, que está aqui, enfim, de todos que ajudam a fundação a funcionar, à Soebras apoiar lá.

Cumprimento também a imprensa aqui presente, o jornal *Hoje em Dia* - agradeço-lhe o apoio. Está aqui o Luciano Rezende, presidente do jornal; a editora-chefe, Iracema; a TV Promove; a TV do canal universitário, canal 12 aqui, em Belo Horizonte. Quem quiser é só entrar na NET, gente, canal 12. A TV é tão bem dirigida pela Profa. Ana Paula. Na pessoa de vocês, muito obrigado.

Cumprimento todos os diretores aqui presentes: o Dante, a Rose, enfim, todos que estão aqui. Muito obrigado pelo apoio de vocês. Cumprimento todos os professores universitários que estão aqui, os alunos, os colaboradores.

Resumindo a minha fala, muito obrigado. Muito obrigado, deputado Charles, por sua sensibilidade em perceber que não poderiam passar em branco esses 41 anos da Fundação Hilton Rocha.

Homenagear a Fundação Hilton Rocha é homenagear uma obra, um homem que teve propósito, e seu propósito não podia morrer com ele. Ele foi embora em 2011, mas deixou um propósito que vai perdurar por muitos anos. Em todas as rodas a que você for no mundo... E eu rodo muito. Quando eu falo que sou um colaborador, ajudo a Fundação Hilton Rocha, todo mundo quer saber: “A obra está firme? A residência continua? A especialização continua? A pesquisa continua?”. Continua, gente. Mais forte do que nunca, sempre atendendo milhares de pessoas – os números vocês viram aí. E esse trabalho... Então Charles, homenagear a Fundação Hilton Rocha é homenagear o autor dessa obra, um homem fantástico. As pessoas falam às vezes de mim – que eu sou inteligente, que eu sou capaz, que eu sou empreendedor, que eu sou realizador. Não, gente. O que eu sou fundamentalmente é um sonhador e aprendi a desenvolver a capacidade de realizar sonhos, fazer os sonhos, Ariadna, virarem realidade. Nada melhor do que você adotar como seu, Rodrigo, sonhos de pessoas maravilhosas, como o Hilton Rocha.

Eu tive a oportunidade, a Ariadna me propiciou... Muitos médicos, Dr. Christiano, e toda a equipe Hilton Rocha nos acolheram tão bem lá. Eu falo para vocês que eu bato no peito e falo que tenho orgulho de ajudar essa obra. Enquanto eu tiver vida, Dr. Joel, enquanto eu tiver forças, nós vamos segurar a bandeira da Fundação Hilton Rocha para levar excelência de oftalmologia para todos. Este é o nosso propósito: servir as pessoas, ajudar as pessoas, levar um padrão de oftalmologia igual aos melhores serviços de oftalmologia que existem aqui, em Belo Horizonte, e no Brasil. A Hilton Rocha, gente... Eu chego a Brasília, e lá há vários serviços de oftalmologia, muitos egressos daqui, de Belo Horizonte. Em Goiânia, há escola do Hilton Rocha; em Recife, Pernambuco, é forte a escola do Hilton Rocha. Em todo lugar do Brasil, a escola Hilton Rocha está aí. Então, apoiar essa obra só nos dá alegrias, satisfação.

Peço a todos que continuem ajudando o Hilton Rocha. Somos a favor de que aquele prédio lá embaixo vire um grande hospital, sim. Aquilo estava parado, vai virar um grande hospital oncológico, um hospital do câncer – aplaudo os empreendedores de lá. Mas não deixem, gente, que eles engulam a Fundação Hilton Rocha. A Fundação Hilton Rocha precisa ter continuidade, precisa

viver por mais 40 anos, por mais 50 anos. O Hilton Rocha já fez 100 anos – em 2011 foi o centenário do Prof. Hilton Rocha –, mas a fundação também tem que inteirar 100 anos. Quem sabe, Raquel, tenhamos vida para daqui a 59 anos estar aqui comemorando o centenário da Fundação Hilton Rocha. Então, ajudem, abracem todos a Fundação Hilton Rocha. É uma obra sua, é uma obra de Minas Gerais.

Adorei, Charles, o vídeo da Assembleia falando para a gente fortalecer o sentimento de mineiridade, o sentimento de ser mineiro. Nós somos mineiros e podemos falar que Minas é a terra do minério de ferro, é a terra da cultura, é a terra da boa culinária, é a terra também da Fundação Hilton Rocha. Então, viva a Fundação Hilton Rocha! Muito obrigado, boa noite a todos. Valeu, gente.

O locutor – Com a palavra, o deputado Charles Santos, representando o presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Foi-me confiada esta grande responsabilidade, esta missão hoje de presidir em nome do presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, e o faço com muita honra.

(- Lê:): “Comemorar os 41 anos de existência da Fundação Hilton Rocha é motivo de imenso orgulho para esta Assembleia. Na galeria de mineiros ilustres que honram nosso estado, destaca-se com muito brilho o nome ilustre do médico, professor e cientista Hilton Rocha, que permanece na memória de nosso povo como uma personalidade única na área da oftalmologia.

Em sua especialidade, logo se tornou referência mundial, indo muito além das fronteiras do País. Fruto da inteligência sensível deste médico, professor e cientista, a fundação tem sido marcada em toda a sua trajetória por uma permanente capacidade de inovação, recriando-se a cada ano na assistência oftalmológica médico-cirúrgica de alto padrão.

Referência mundial em oftalmologia, a Fundação Hilton Rocha assumiu, desde o início, o desejo filantrópico de bem servir que tanto caracterizou seu fundador, que gostava de dizer: “Para enxergar é preciso ter olhos, mas para ver é preciso ter alma”. Esse propósito transparece nas suas atividades, que incluem, além de consultas, exames e cirurgias, o atendimento assistencial ao desamparado e os trabalhos científicos, de investigação e de pesquisa, tudo conduzido por profissionais altamente qualificados e treinados para prestar um atendimento mais humanitário.

A história da fundação está ligada ao Hospital São Geraldo, inaugurado em 1920 e que foi a primeira estrutura hospitalar da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, depois incorporada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1942, Hilton Rocha, por meio de concurso, substituiu o Dr. Linneu Silva na direção da clínica oftalmológica do hospital, iniciando a brilhante trajetória que é motivo de orgulho não só para Minas Gerais, mas para todo o Brasil.

Com pouco mais de 30 anos, acumulou a gestão da clínica com as aulas na faculdade, na área de oftalmologia, sendo o catedrático mais jovem do País. Décadas de ensino e aprendizagem moldaram o ousado empreendedor. Já maduro e experiente, em 1979, com seus ex-alunos Christiano Barsante, Emyr Soares e Paulo Galvão, deu vida à fundação que leva o seu nome, um instituto particular em que pôde utilizar a experiência desenvolvida no São Geraldo.

Localizada ao pé da Serra do Curral, a instituição de renome em toda a América Latina, pioneira no transplante de córnea, deixava claras as intenções de seu fundador: prestar assistência oftalmológica médico-cirúrgica – inclusive para os menos favorecidos –, desenvolver trabalhos de pesquisa e publicações científicas. Serviços superespecializados passaram a ser oferecidos em sintonia com o que há de mais moderno nesses campos, com aparelhos de última geração. Além disso, não se pode esquecer das atividades educacionais, com cursos de pós-graduação, que tanto têm contribuído para que Belo Horizonte prossiga em sua tradição de polo da medicina oftalmológica.

Em 2005, incorporada à Associação Educativa do Brasil, iniciou nova fase em sua história, desta vez como entidade filantrópica federal. Com um forte objetivo social, atuando como um dos maiores centros oftalmológicos da América Latina, a fundação dedica-se, principalmente, à assistência à população carente com deficiência visual. Atendendo prioritariamente aos

pacientes do Sistema Único de Saúde, a Fundação Hilton Rocha realiza, com a excelência de sua equipe, tratamentos em córnea, retina, estrabismo e glaucoma, principalmente. Permanece, pois, fiel aos princípios de seu fundador, dedicado à prática da medicina social por meio do mais competente e eficaz atendimento.

Nesse contexto, a Fundação Hilton Rocha, respondendo pelo objetivo social da instituição, além de se ocupar da prevenção, recuperação e reabilitação de problemas visuais, veio integrar um notável centro de pesquisas e de formação profissional especializada.

O atendimento de qualidade a pessoas economicamente carentes não representa apenas uma intenção, pois passou a constituir a própria prática desenvolvida na carreira de seu fundador, reconhecido pelo espírito profundamente solidário.

Esta brilhante história terá sequência pelas próximas décadas, e o nome do professor Hilton Rocha permanecerá associado a uma medicina humanista, de ética inabalável, identificado com o respeito aos pacientes.

Minas Gerais sente, portanto, um profundo e justo orgulho deste importante centro de oftalmologia social e de seu fundador, merecedores da lembrança e da gratidão dos cidadãos de Minas Gerais. Muito obrigado! Deputado Agostinho Patrus”.

Apresentação Musical

O locutor – Neste momento, ouviremos o quarteto de cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que irá nos apresentar a música *Carinhoso*, de Pixinguinha.

Desde já, em nome do deputado Charles Santos, aproveitamos o momento para agradecer ao quarteto a sua participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Antes de encerrar, gostaria de fazer o registro do ofício que recebemos do senador Rodrigo Pacheco, que comunica a impossibilidade de participar do evento, mas deixa registrados aqui os cumprimentos aos representantes da fundação, parabenizando-os; também do vereador Marcos Nem, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros. Ambos informam a impossibilidade de participar deste momento.

Muito obrigado pela presença de todos.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38/2019, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/10/2019

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Braulio Braz, Ulysses Gomes e Cleitinho Azevedo (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Braulio Braz, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião dessa comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Braulio Braz para o cargo de presidente e do deputado Ulysses Gomes para o cargo de vice-presidente da comissão. Após votação nominal são eleitos, cada um por sua vez, por unanimidade, para o cargo de presidente o deputado Braulio Braz e para o cargo de vice-presidente o deputado Ulysses Gomes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2019.

Braulio Braz, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/2/2020

Às 15h37min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e os deputados Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Gil Pereira e Betinho Pinto Coelho. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.573/2020, das deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e dos deputados Gustavo Mitre e Coronel Henrique, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão da secretaria de Estado de Desenvolvimento Social relativa ao ano de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2020.

Delegada Sheila, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/3/2020

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Beatriz Cerqueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/2/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.669/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica para monitorar e acompanhar os atendimentos especializados. Em seguida, a presidenta entrega à deputada Beatriz Cerqueira o diploma referente ao voto de congratulações com a deputada por sua aguerrida atuação em defesa dos servidores públicos estaduais, em especial daqueles das carreiras da educação, tanto durante sua atuação junto ao Sind-Ute e à CUT-MG, quanto no parlamento mineiro. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os presentes. Foi ouvida a aluna do Sesi de Santa Luzia, Laura Menezes. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de março de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/3/2020

Às 13h15min, comparece na Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte, a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o tema "Sempre vivas: mulheres, história e resistência", no contexto das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. Registra-se a presença da deputada Marília Campos. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – Affemg; Ângela Gomes, engenheira florestal, coordenadora nacional de Formação Política do Movimento Negro Unificado – MNU – e diretora do Sinprominas; Avelin Buniacá Kambiwá, socióloga especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero, Raça e Ensinos Religiosos; Nilce Helena de Paula, coordenadora da Ocupação Vitória; Tatiane Carvalho Maia Lobenwein, diretora de prevenção comunitária e proteção à mulher responsável pelo programa Mediação de Conflitos; Natália Alves da Silva, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles – Núcleo RMBH e do Grupo Indisciplinar (CNPQ) da Faculdade de Arquitetura da UFMG; Monaliza Silva de Alcântara, conselheira membro da Comissão de Mulheres e Questões de Gênero do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – 4ª Região – CRP 04; Ana Paula Lamego Balbino, delegada da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher – Deam; Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Defensoria Pública de Minas Gerais – Nudem – DPMG; Isabella Gonçalves Miranda, vereadora de Belo Horizonte; e Maria Izabel Siqueira, membro da Rede de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença da deputada Ana Paula Siqueira. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Ulysses Gomes, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/3/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.724/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Cultura pedido de informações sobre a existência de solicitação ou processo administrativo para o tombamento da Festa de Nossa Senhora da Lapa, no Município de Vazante, de iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.834/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre a possibilidade de se destinar para a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – parte dos recursos recebidos pelo Estado como compensação pelos danos ambientais decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos de mineração, com a finalidade de implementar um centro de pesquisas aplicadas em recursos naturais no Município de Frutal. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.996/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o detalhamento dos custos que compõem a tarifa do transporte coletivo metropolitano, demonstrando-se se houve ou não redução da tarifa devido a retirada dos cobradores. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.709/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Ottoni. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.714/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o que está sendo pago pela Vale S.A. e pela Samarco S.A. como contrapartida pelos desastres e crimes ambientais de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas aplicadas à empresa em razão de irregularidades em suas barragens. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.729/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento pedido de informações sobre o modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando-se se os servidores serão os que trabalham atualmente na instituição, se serão servidores públicos ou privados, quais alterações e impactos eles sofrerão e como será o contrato de gestão do referido hospital. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.770/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado da Educação pedido de informações sobre o impacto no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação da implementação do plano de atendimento escolar previsto para o ano de 2020, detalhando-se o quantitativo de profissionais da educação básica que serão dispensados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.818/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de informações consubstanciadas em relatório a respeito da situação dos imunobiológicos para o controle de zoonoses no Estado de Minas Gerais, em especial a encefalite viral aguda (raiva), em que conste: qual o quantitativo de vacinas e de soro antirrábico humano entregues nos últimos 5 anos, incluindo 2019; qual o estoque existente no Estado e onde está distribuído;

qual a situação do abastecimento de SARH e IGARH, incluindo riscos e as medidas a serem tomadas em caso de desabastecimento; qual é o prazo para que a Fundação Ezequiel Dias – Funed – retome a produção regular; qual é o prazo previsto e que medidas estão sendo tomadas para o retorno à normalidade vacinal no Estado; que municípios mineiros são prioritários e qual o fluxo de referência entre os municípios, para garantir o atendimento; quais os protocolos a serem seguidos em possíveis situações emergenciais; quais as medidas de capacitação de profissionais para enfrentar a situação atual têm sido tomadas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.845/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre os dados técnicos que subsidiaram o racionamento de água no Município de Montes Claros nos anos de 2015 até 2018, os dados técnicos que subsidiaram o fim do racionamento em 2018 e também os dados técnicos que subsidiaram o racionamento em novembro de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.895/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o planejamento da pasta para fomentar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, inclusive em vilas e favelas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 14/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.439, que autoriza o Poder Executivo a realizar a compensação de dívidas vencidas com crédito tributário, nas hipóteses e nos termos que especifica, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 15/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.496, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; a Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, que cria o Fundo de Erradicação da Miséria – FEM; e a Lei nº 23.422, de 19 de setembro de 2019, que autoriza os municípios a ceder direitos creditórios e realizar operações de crédito para reequilibrar as finanças após o atraso de transferências obrigatórias pelo Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 16/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.463, que autoriza o Poder Executivo a doar à entidade Clube de Mães Maria de Nazaré o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 17/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.473, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Pedra Branca o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 18/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.462, que institui o Selo Fiscal de Controle e Procedência da Água e o Selo Fiscal Eletrônico de Controle e Procedência da Água relativos a água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 19/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.494, que acrescenta artigo à Lei nº 20.020, de 5 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a prestação de assistência e cooperação técnicas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – aos municípios na construção e administração de distritos industriais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 20/2020 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.522, que dispõe sobre a responsabilidade de autoridade estadual pelo exercício irregular do poder regulamentar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 21/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.499, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia – Uaise –, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 22/2020 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.520, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/3/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.364/2019, da deputada Laura Serrano.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.243/2018, do deputado Thiago Cota; 1.187/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.298/2019, do deputado Zé Reis; 1.400/2020, do deputado João Vítor Xavier; 2.884/2015, do deputado Braulio Braz; 4.054/2017, do deputado Gil Pereira; 4.441/2017, do deputado Gustavo Santana; 5.440/2018, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 521/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 811/2019, dos deputados Duarte Bechir e Antonio Carlos Arantes; 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 918/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.020/2019, da deputada Leninha; 1.084/2019, do deputado Carlos Henrique; 1.372/2019, do deputado Duarte Bechir; e 1.373/2019, do deputado Raul Belém.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 611/2015, da deputada Rosângela Reis; 5.395/2018, do deputado Cabo Júlio; 741/2019, do deputado Mário Henrique Caixa; 858/2019, do deputado Roberto Andrade; 964/2019, do deputado Tito Torres; 984/2019, do deputado Bruno Engler; 1.117/2019, do deputado Tito Torres; 1.135/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.325/2019, da deputada Rosângela Reis; 1.327/2019, do deputado Léo Portela; 1.337/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.338/2019, do deputado Professor Irineu; 1.341/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.356/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 1.358/2019, do deputado Inácio Franco; 1.369/2019, do deputado Betão; e 1.492/2020, do deputado Delegado Heli Grilo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/3/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a buscar esclarecimentos sobre o cumprimento do acordo firmado entre o governo do Estado, deputados federais e estaduais e as entidades de classe da segurança pública, considerando, ainda, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.451/2020, que trata da recomposição das perdas inflacionárias das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.189/2016, do deputado Léo Portela; 4.001/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana; 4.421/2017, do deputado Braulio Braz; e 1.194/2019, da deputada Delegada Sheila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.636/2016, do deputado Isauro Calais; 4.031/2017, do deputado Doutor Jean Freire; 5.319/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.496/2018, do deputado Roberto Andrade; 1.026/2019, do deputado Gustavo Mitre; e 1.224/2019, do deputado Cleitinho Azevedo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.836/2020, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 517/2019, do deputado Coronel Henrique.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.156/2019, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.210/2019, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.761, 4.762, 4.784 e 4.818/2020, do deputado Elismar Prado; 4.767 e 4.834/2020, da deputada Delegada Sheila; e 4.787, 4.788 e 4.808/2020, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.209/2019 e 4.837/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e 4.828/2020, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/3/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.401/2020, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.773/2020, do deputado Bosco; e 4.832, 4.833 e 4.872/2020, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 12/3/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a ouvir o Sr. Jairo Misson Cordeiro, secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União, sobre o processo de renovação antecipada da concessão da Estada de Ferro Vitória e Minas.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/3/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2020, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a ausência de vagas nas escolas públicas da rede estadual de ensino, sobretudo para os estudantes residentes em Belo Horizonte, ocasionada pela implantação do novo sistema de inscrição *on-line* da Secretaria de Estado de Educação – SEE – para o ano letivo de 2020.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de, em audiência pública, debater a violação dos direitos humanos das comunidades quilombolas Biquinha, Água Limpa, Campinhos e Capim Puba, localizadas na Fazenda Capão de Lizário, no Município de Virgem da Lapa, ameaçadas de não poderem permanecer em seus territórios, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Leninha, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.276/2015, do deputado Celinho Sintrocel, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.570/2016, do deputado Léo Portela, e 1.238/2019, do deputado Bruno Engler, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.080/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, e 1.231/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.766/2020, do deputado Bruno Engler, 4.771/2020, da Comissão de Direitos Humanos, 4.792/2020, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, 4.821 a 4.823, 4.825, 4.827, 4.829 e 4.830/2020, do deputado Sargento Rodrigues, e 4.831 e 4.873/2020, do deputado Coronel Henrique, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2019**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fernando Pacheco, Charles Santos, Doutor Paulo e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2020, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2019, do deputado João Vítor Xavier e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Betão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 12/3/2020, às 9h30min, à ala feminina do Presídio Alvorada, em Montes Claros, com a finalidade de conhecer as condições atuais das detentas e do atendimento às mulheres vítimas de violência.

Sala das Comissões, 9 de março de 2020.

Leninha, presidenta.

 **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.724/2019****Mesa da Assembleia****Relatório**

Por intermédio da proposição em tela, a Comissão de Cultura requer ao presidente da Assembleia Legislativa que encaminhe ao secretário de Estado de Cultura pedido de informações sobre a existência de solicitação ou processo administrativo para o tombamento da Festa de Nossa Senhora da Lapa, no Município de Vazante.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 12/9/2019, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita informações ao titular da Secretaria de Estado Cultura sobre a existência de solicitação ou processo administrativo para o tombamento da Festa de Nossa Senhora da Lapa, no Município de Vazante.

A festa em louvor à santa é realizada desde 1881, mas desde 1865 há relatos de peregrinações ao Município de Vazante, ou seja, antes mesmo de começar a ser celebrada. Segundo dados do *site* oficial do município, a festividade atrai cerca de 25 mil pessoas por ano e contribui para o fomento de diversos setores da economia da região.

Apesar de seu conteúdo meritório, julgamos que o requerimento em questão é passível de aprimoramentos. Em primeiro lugar, há um equívoco no termo técnico empregado: tombamento é um tipo de salvaguarda de patrimônio direcionado a bens materiais, ao passo que a celebração em questão tem caráter imaterial.

Além disso, é necessário retificar o destinatário do pedido de informações, já que o órgão estadual responsável pela proteção do patrimônio cultural mineiro é o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – e não a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo.

Por fim, frisamos que o artigo 62, XXXI, da Constituição Estadual atribui à Assembleia Legislativa o papel de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Dessa forma, a proposição em análise encontra respaldo jurídico para sua aprovação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2.724/2019 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura requer a V. Exa, nos termos regimentais, seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha MG – pedido de informações sobre a existência de solicitação ou de processo administrativo para a instauração de instrumento de salvaguarda da Festa de Nossa Senhora da Lapa, no Município de Vazante.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de novembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Cristiano Silveira, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 2.996/2019**Mesa da Assembleia****Relatório**

A Comissão de Participação Popular, por meio da proposição em foco, requer à Presidência da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o detalhamento dos custos que compõem a tarifa do transporte coletivo metropolitano, demonstrando se houve ou não redução da tarifa devido à retirada dos cobradores.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 3/10/2019, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise, aprovada na 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular, realizada em 24/9/2019, requer à Presidência da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o detalhamento dos custos que compõem a tarifa do transporte coletivo metropolitano, demonstrando se houve ou não redução da tarifa devido à retirada dos cobradores.

Consoante a função fiscalizadora e de controle do Parlamento, a Constituição do Estado determinou, em seu art. 54, § 3º, que “a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informações a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais (...)”. De acordo com o mesmo princípio, o art. 100, incisos IX e XVI, do Regimento Interno, atribui às comissões, em razão da matéria de sua competência, da matéria compreendida em sua denominação ou da finalidade de sua constituição, a competência de “encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a Secretário de Estado, a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Política Militar e a outras autoridades estaduais”, e “exercer a fiscalização e o controle dos atos da administração pública”.

O requerimento em tela, de autoria da Comissão de Participação Popular, originou-se na 15ª Reunião Extraordinária, que, realizada em 8/8/2019, no Auditório desta Casa, teve por finalidade debater, em audiência pública, a ausência de cobradores nos ônibus após visita da comissão às estações de integração.

Nessa audiência pública, o deputado Doutor Jean Freire expôs o que foi observado nas visitas realizadas com a finalidade de verificar relatos de que as empresas de ônibus não estariam cumprindo as normas que estabelecem a obrigatoriedade de presença dos agentes de bordo durante as viagens, de forma que os motoristas estariam acumulando as funções de direção e cobrança, simultaneamente, mesmo em horários em que não seriam permitidas as viagens sem os cobradores.

De acordo com o art. 3º, § 1º, da Lei Municipal nº 8.224, de 2001, que autoriza implantar bilhetagem eletrônica nos coletivos, proíbe a substituição das catracas e garante emprego dos operadores na forma que menciona, cada veículo destinado aos serviços de transporte público coletivo e convencional de passageiros por ônibus do Município de Belo Horizonte será operado por um motorista e um agente de bordo, à exceção dos veículos das linhas troncais do sistema de Bus Rapid Transit – BRT –, dos veículos em operação em horário noturno e nos domingos e feriados, e dos veículos dos serviços especiais caracterizados como executivos, turísticos ou miniônibus.

A Comissão de Participação Popular realizou visitas às estações Diamante, Barreiro e São Gabriel nos dias 9 de maio e 5 de junho de 2019. Constatou-se, em todas as visitas, a ausência de cobrador, de forma que o motorista acumulava as funções de direção e cobrança, inclusive fazendo curvas perigosas. Alguns motoristas relataram que a rotina torna-se ainda mais estressante com o acúmulo das funções e destacaram as dificuldades em atender cadeirantes, por exemplo. Nesses momentos, eles têm que deixar o ônibus

ligado, com o freio de mão acionado, para operar o elevador dos cadeirantes. Essa tarefa é ainda mais difícil em pontos críticos, como ladeiras. Um motorista contou que já ocorreu uma colisão do ônibus que dirigia enquanto cobrava ao mesmo tempo.

Os passageiros reclamaram, ainda, de atrasos dos ônibus, pois os motoristas têm que parar a viagem enquanto cobram. Esses atrasos fazem com que os motoristas sejam advertidos, então, para não atrasar a viagem, alguns motoristas fazem a cobrança com o ônibus em movimento.

Em uma das estações visitadas, o gerente de fiscalização da BHTrans falou que cada equipe de fiscalização aplica cerca de 50 multas diárias. No entanto, a aplicação dessas multas não tem sido suficiente para inibir a ausência de cobradores por parte das empresas.

Vários passageiros relataram ter presenciado acidentes, pois a visibilidade do motorista fica prejudicada devido à aglomeração de passageiros próximos à porta de embarque. A situação se agrava no embarque de idosos ou gestantes.

Diante de todos esses relatos e da verificação *in loco* pelo deputado e pela equipe da Assembleia, indaga-se sobre a efetividade da Lei Municipal nº 8.224, de 2001, e seus custos em termos financeiros e de segurança e bem-estar da população.

Para análise completa da efetividade dessa norma, um dos itens que deve ser entendido refere-se ao detalhamento dos custos da passagem, uma vez que, teoricamente, a ausência de cobradores se refletiria na diminuição do preço da passagem.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 2996/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de fevereiro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.709/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a proposição em análise solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Otoni.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 8/11/2019, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise solicita informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Otoni.

Lembramos que, segundo a Constituição Estadual – inciso II do §1º do art. 73 –, compete à Assembleia Legislativa o controle externo dos atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado. Já o seu art. 54, § 2º, prevê que a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido de informação a secretário de Estado, e que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa estão sujeitas a responsabilização.

Por sua vez, o Regimento Interno desta Casa, em seu inciso IX do art. 100, assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa.

Assim, entendemos ser clara a pertinência do pedido de informações em tela, uma vez que se trata das políticas públicas estaduais de obras públicas e de saúde, sujeitas ao controle e à fiscalização desta Casa.

Conclusão

Considerando o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.709/2019, na forma apresentada.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.714/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Minas e Energia requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o que está sendo pago pela Vale S.A. e pela Samarco Mineração S.A. como contrapartida pelos desastres e crimes ambientais de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas aplicadas à empresa em razão de irregularidades em suas barragens.

Após sua publicação no *Diário do Legislativo*, em 8/11/2019, a matéria vem a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A presente proposição busca obter informações sobre as contrapartidas pelos danos ambientais causados pelo rompimento das barragens de rejeito de mineração em Mariana e Brumadinho, bem como sobre o pagamento das multas ambientais aplicadas às empresas Samarco Mineração S.A. e Vale S.A. em decorrência dessas rupturas.

O rompimento da Barragem de Fundão, da empresa Samarco Mineração S.A., em 5/11/2015, destruiu os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e provocou a morte de 19 pessoas. Além disso, a lama proveniente da estrutura rompida atingiu o Rio Doce, chegou até a sua foz, no Estado do Espírito Santo, e causou um desastre ambiental sem precedentes no Brasil. Diante da ruptura dessa barragem e do seu impacto na população do nosso Estado, a Assembleia de Minas criou, em novembro de 2015, a Comissão Extraordinária das Barragens, com a finalidade de realizar estudos, promover debates e propor medidas de acompanhamento das consequências sociais, ambientais e econômicas da atividade minerária no Estado e, em especial, acompanhar os desdobramentos da tragédia ocorrida em Mariana. A referida comissão encerrou seus trabalhos com a apresentação de diversas recomendações e dois projetos de lei, ambos já aprovados por esta Casa, um dos quais instituiu a política estadual de segurança de barragens por meio da Lei nº 23.291, de 2019.

Por sua vez, a ruptura da Barragem 1 da Vale S.A., em Brumadinho, em 25/1/2019, causou a morte de 272 pessoas, levou lama para o Rio Paraopeba e causou prejuízos ao meio ambiente e ao abastecimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Em decorrência de mais essa tragédia, foi constituída, nesta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho, que concluiu seus trabalhos em 12/9/2019. No relatório final, foram pedidos indiciamentos de 11 dirigentes da Vale S.A. e de dois auditores da empresa Tüv Süd, além de apontados fatos e circunstâncias que concorreram para o rompimento da estrutura.

Diante dos impactos ambiental, social e econômico causados pelo rompimento das referidas barragens, bem como do trabalho desenvolvido por esta Casa na busca por respostas e por melhorias nos processos de disposição de rejeitos da mineração, entendemos que a informação pleiteada pelo requerimento em análise tem muito a contribuir para o trabalho da Assembleia de Minas.

No entanto, sugerimos que o pedido seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista a competência da pasta em relação às multas ambientais e às ações relacionadas à reparação dos danos ambientais causados pelo rompimento das Barragens de Fundão e B1. Propomos também adequações do texto da proposição a melhor técnica legislativa.

Quanto à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo a secretário de Estado integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado pelo art. 54, § 2º, e pelo inciso II do §1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.714/2019, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Minas e Energia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a destinação dos valores que estão sendo pagos pela Vale S.A. e pela Samarco Mineração S.A. como contrapartida pelos desastres e crimes ambientais de Brumadinho e Mariana e em decorrência das multas aplicadas às empresas em razão de irregularidades em suas barragens.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.729/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre “o modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando-se se os servidores serão os que trabalham atualmente na instituição, se serão servidores públicos ou privados, quais alterações e impactos eles sofrerão e como será o contrato de gestão do referido hospital”.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 8/11/2019, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento sob análise contém pedido de informações dirigido ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão acerca do modelo administrativo que será adotado no Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, especificando se os

servidores do referido hospital serão os que trabalham atualmente na instituição, se tais servidores serão públicos ou privados, que alterações e impactos ditos servidores sofrerão e, por último, como será o contrato de gestão do referido hospital.

O pedido de informações relaciona-se com as atribuições constitucionalmente asseguradas a esta Casa, de fiscalização e controle do Executivo Estadual. Segundo o art. 54, § 2º, da Constituição do Estado, a Mesa da Assembleia poderá encaminhar a autoridades estaduais pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

O assunto objeto do pedido em análise é pertinente à atuação parlamentar no controle e na fiscalização da atuação da administração pública estadual, pois visa levantar dados sobre o modo como o Poder Executivo Estadual pretende gerir o corpo funcional de hospital pertencente ao próprio Estado de Minas Gerais.

Somos, portanto, favoráveis à aprovação do requerimento, sendo válido enfatizar que, ao solicitar tais informações, esta Casa está cumprindo a sua atribuição constitucional de fiscalizar a maneira como o Poder Executivo está desempenhando suas funções.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.729/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.770/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio do requerimento em epígrafe, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o impacto no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação da implementação do plano de atendimento escolar previsto para o ano de 2020, detalhando-se o quantitativo de profissionais da educação básica que serão dispensados.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* em 14/11/2019 e encaminhada à apreciação deste órgão colegiado, ao qual cumpre sobre ela emitir parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise atende a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que se solicita à secretária de Estado de Educação que informe quais os impactos do Plano de Atendimento Escolar para 2020 sobre o quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEE, incluindo o detalhamento do quantitativo de profissionais da educação básica que serão dispensados.

O Plano de Atendimento Escolar é um documento elaborado a cada ano pela SEE, no qual é prevista a organização da demanda por vagas na rede estadual de ensino, tendo como objetivo a garantia do atendimento aos estudantes que estão em continuidade nos estudos, aos que desejam ingressar na rede estadual e aos que estão fora das escolas.

O referido documento é submetido à apreciação do Conselho Estadual de Educação, que emite um parecer sobre a matéria, registrando os dados e informações consideradas mais relevantes sobre as mudanças na oferta e organização do ensino, como a criação de novas escolas e o número de alunos a serem atendidos. No entanto, os pareceres, via de regra, não trazem informações sobre alterações no quadro de pessoal em decorrência da implantação dos planos de atendimento escolar.

Dessa forma, entendemos ser pertinente inquirir a SEE sobre os impactos no quadro de pessoal e a eventual dispensa de profissionais de educação em razão do Plano de Atendimento para 2020, especialmente em razão da municipalização das séries iniciais do ensino fundamental em processo em diversos municípios mineiros, ocasionando mudanças diversas na organização da rede de ensino do Estado.

No que concerne aos aspectos jurídicos, a iniciativa do requerimento encontra respaldo nos §§ 2º e 3º do art. 54 da Constituição do Estado, que asseguram à Assembleia Legislativa o poder de encaminhar pedido de informação, por meio de sua Mesa, a secretário de Estado e autoridades estaduais, integrando o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública. Segundo os mesmos dispositivos, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informações falsas importam crime de responsabilidade.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.770/2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de fevereiro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.818/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em epígrafe, a Comissão de Saúde requer ao presidente da Assembleia seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em relatório a respeito da situação dos imunobiológicos para o controle de zoonoses no Estado, em especial a encefalite viral aguda (raiva), em que conste: qual o quantitativo de vacinas e de soro antirrábico humano entregue nos últimos cinco anos, incluindo 2019; qual o estoque existente no Estado e onde está distribuído; qual a situação do abastecimento de SARH e IGARH, incluindo os riscos e as medidas a serem tomadas em caso de desabastecimento; qual é o prazo para que a Fundação Ezequiel Dias – Funed – retome a produção regular; qual é o prazo previsto e que medidas estão sendo tomadas para o retorno à normalidade vacinal no Estado; que municípios mineiros são prioritários e qual o fluxo de referência entre os municípios, para garantir o atendimento; quais os protocolos a serem seguidos em possíveis situações emergenciais; que medidas de capacitação de profissionais para enfrentar a situação atual têm sido tomadas.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 21/11/2019, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em exame pretende obter do secretário de Estado de Saúde informações sobre a situação dos imunobiológicos para o controle de zoonoses no Estado, em especial a encefalite viral aguda, popularmente conhecida como raiva. A proposição contém vários questionamentos relacionados ao abastecimento e distribuição de vacinas, soros e imunoglobulinas, aos protocolos para casos emergenciais e às medidas para capacitação de profissionais.

A raiva é uma doença infecciosa viral aguda, que acomete mamíferos, inclusive o homem, e caracteriza-se como uma encefalite progressiva e aguda com letalidade de aproximadamente 100%. A raiva é transmitida ao homem pela saliva de animais infectados, principalmente por meio da mordedura, podendo ser transmitida também pela arranhadura e/ou lambedura por esses animais. Como a raiva é uma doença de alta letalidade, a melhor medida de prevenção é a vacinação.

A profilaxia para a raiva compreende a vacinação anual de cães e gatos – o que consequentemente previne também a raiva humana – e a profilaxia antirrábica humana. A profilaxia antirrábica humana se dá por meio de duas medidas: a profilaxia pré-

exposição e a pós-exposição. No primeiro caso, são vacinados indivíduos que, por força de suas atividades, estão permanentemente expostos ao risco da infecção pelo vírus, como médicos veterinários, biólogos, profissionais e auxiliares de laboratórios de virologia e anatomopatologia para a raiva, estudantes de veterinária, biologia e agrotecnia, profissionais que atuam na captura, vacinação, identificação e classificação de mamíferos passíveis de portar o vírus, funcionários de zoológicos, indivíduos que desenvolvem trabalho de campo (pesquisas e investigações ecoepidemiológicas) com animais silvestres, espeleólogos, guias de ecoturismo, pescadores, carteiros e outros profissionais que atuam em áreas de risco.

Já a profilaxia pós-exposição é indicada para pessoas que sofreram mordedura, arranhadura e lambedura por animais transmissores da doença. O esquema da vacinação depende do tipo de exposição, quando a natureza da agressão e as condições do animal agressor serão consideradas.

Quando a profilaxia antirrábica não ocorre e a doença se instala, pode-se utilizar um protocolo de tratamento da raiva humana, baseado na indução de coma profundo, uso de antivirais e outros medicamentos específicos. Entretanto, é importante salientar que nem todos os pacientes de raiva, mesmo submetidos ao protocolo, sobrevivem.

A responsabilidade pela aquisição de imunobiológicos para profilaxia da raiva, como a vacina antirrábica animal – Varc –, a vacina antirrábica humana, o soro antirrábico humano e a imunoglobulina antirrábica humana, é do Ministério da Saúde. O Ministério adquire e distribui às secretarias estaduais de saúde, que por sua vez redistribuem aos municípios.

Jornais de grande circulação no Estado noticiaram, em agosto deste ano, que estados e municípios não receberam doses suficientes da vacina antirrábica animal por parte do Ministério da Saúde, o que causou a suspensão da campanha de vacinação. Diante disso, o Ministério da Saúde publicou a Nota Informativa nº 51/2019-CGZV/DEIDT/SVS/MS, que contém informações da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde referentes à situação da Vacina Antirrábica Inativada para Cães e Gatos – Varc –, recomendações quanto à campanha de vacinação antirrábica animal de 2019 e bloqueio de foco. Nessa nota, o ministério informou que recebeu oficialmente do laboratório produtor da Varc uma reprogramação no cronograma de entrega do produto. A entrega da próxima remessa desse imunobiológico ao ministério está prevista para ocorrer a partir de novembro de 2019.

A iniciativa da proposição em análise encontra amparo legal no art. 73 da Constituição do Estado, que atribui ao Poder Legislativo a competência para controlar e fiscalizar os atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 2º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado. Caso o secretário se recuse a prestar as informações solicitadas em 30 dias, ou preste informações falsas, poderá incorrer em crime de responsabilidade, de acordo com o mesmo dispositivo. O pedido de informação por parlamentar também está previsto no Regimento Interno desta Casa, nos termos do inciso III do art. 46 e do inciso XXX do art. 82.

Dessa forma, uma vez o requerimento em tela não incorre em vício de iniciativa e as informações requeridas são relevantes para garantir a saúde da população de Minas Gerais, entendemos que deve ser aprovado por esta Casa. No entanto, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1, com a finalidade de tornar a redação da proposição mais clara.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.818/2019 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Saúde requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os imunobiológicos para profilaxia da raiva no Estado, em especial no que se refere:

- a) ao quantitativo de vacina antirrábica animal – Varc –, de vacina antirrábica humana, de soro antirrábico humano e de imunoglobulina antirrábica humana entregue pelo Ministério da Saúde ao Estado nos últimos cinco anos, incluindo o ano de 2019;
- b) ao estoque dessas substâncias e onde estão distribuídas;
- c) à probabilidade de desabastecimento e que medidas estão sendo tomadas para evitá-lo;
- d) à situação atual da produção desses imunobiológicos pela Fundação Ezequiel Dias – Funed;
- e) aos protocolos a serem seguidos em caso de surto de raiva no Estado e as medidas de capacitação de profissionais para lidar com a situação;
- f) à previsão de retorno da vacinação de animais e as medidas que estão sendo tomadas para que isso aconteça;
- g) aos municípios considerados prioritários para recebimento dos imunobiológicos e qual o fluxo de referência entre os municípios para garantir o atendimento da população.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.845/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Administração Pública solicita seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre os dados técnicos que subsidiaram o racionamento de água no Município de Montes Claros nos anos de 2015 até 2018, os que subsidiaram o fim desse racionamento em 2018 e também os que subsidiaram o racionamento em novembro de 2019.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 23/11/2019, vem a matéria à Mesa da Assembleia para dela receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Nos últimos anos, o Município de Montes Claros vem enfrentando um cenário desfavorável do ponto de vista hidrológico, o que tem impactado diretamente a disponibilidade de água das fontes de produção para o abastecimento público local. Em função disso, foram implementadas obras de captação e adução de água no Rio Pacuí, no intuito de complementar o abastecimento na região. O sistema entrou em funcionamento em setembro de 2018.

Em novembro de 2019, devido à baixa vazão do Rio Pacuí, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – precisou declarar restrição hídrica acima da nova captação da Copasa, a fim de assegurar disponibilidade hídrica para o abastecimento de Montes Claros. Também com o mesmo objetivo, a Copasa está desenvolvendo um novo projeto, que vai possibilitar que se busque água diretamente no Rio São Francisco, a partir de uma adutora de aproximadamente 95km de extensão.

Diante desse cenário de insegurança hídrica, a partir do dia 17/11/19, a Copasa adotou o sistema de rodízio para o fornecimento de água no Município de Montes Claros, como medida preventiva, devido ao prolongado período de estiagem.

O plano de racionamento, disponível no *site* da Copasa, prevê a divisão da cidade em cinco regiões. As regiões 1, 2, 3 e 4 são abastecidas em dias alternados, com interrupção de 24 horas, e a região 5 é abastecida diariamente, com interrupção de abastecimento por 6 horas diárias. O término do período de restrições no abastecimento dependerá da normalização das condições das fontes de produção de água.

Nesse contexto, consideramos importante que informações como as solicitadas no requerimento em tela sejam prestadas pela Copasa, uma vez que compete à Assembleia Legislativa não só fiscalizar a aplicação das políticas públicas, mas também buscar a transparência e as adequações eventualmente necessárias nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

Quanto à legitimidade da iniciativa, a Constituição Estadual, em seu art. 62, XXXI, estabelece como competência da Assembleia Legislativa a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. Também seu art. 54, § 3º, ampara o pedido de informações do Poder Legislativo a autoridades estaduais.

A proposição também encontra respaldo no inciso IX do art. 100 do Regimento Interno desta Casa, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.845/ 2019.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.895/2019

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 55/2019, a proposição em epígrafe requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o planejamento da Pasta para fomentar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, inclusive em vilas e favelas.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 23/11/2019, vem a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em estudo busca obter do secretário de Estado de Cultura e Turismo informações sobre o planejamento de sua Pasta para fomentar o desenvolvimento do turismo de base comunitária, inclusive em vilas e favelas.

Conforme a Proposta de Ação Legislativa que deu origem à proposição, o pedido surgiu da necessidade de sensibilização e capacitação dos residentes de comunidades periféricas sobre a importância do turismo como vetor de desenvolvimento socioeconômico e geração de renda. O Município de Belo Horizonte possui variados pontos turísticos. Porém, os mais conhecidos e visitados estão localizados em regiões centrais e naquelas que possuem um plano de turismo já estruturado, a exemplo da Lagoa da Pampulha e das Praças do Papa e da Liberdade. Já o pedido em comento, segundo a Proposta de Ação Legislativa, tem o intuito de apoiar pontos turísticos das regiões periféricas e, como consequência, gerar emprego e renda para os que lá residirem.

Há previsão legal do envio da matéria em comento, visto que a Constituição do Estado estabelece, em seu art. 54, § 2º, a prerrogativa da Assembleia de encaminhar a secretário de Estado pedido escrito de informação. Por sua vez, o art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno, prevê a competência da Mesa da Assembleia para emitir parecer sobre requerimento a autoridade estadual, admitindo apenas aqueles referentes a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia.

A proposição também está respaldada pelo inciso IX do art. 100 do Regimento Interno, que assegura às comissões o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Além disso, está de acordo com a alínea “c” do inciso VIII do art. 79 de mesmo regimento, segundo a qual a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa.

Assim, como o requerimento em análise diz respeito à política pública de desenvolvimento do turismo executada pelo governo do Estado, cuja fiscalização é função típica desta Casa, entendemos que deve prosperar.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.895/2019, em sua forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de fevereiro de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/3/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Marco Antonio Lucas, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.